

Bioquell

Magalhães, Antônio Carlos

ACM
001
Reportagem 0004

CORREIO BRAZILIENSE

18 SET 1983

Conheça aqui ACM ou "Toninho Malvadeza"

SERGIO GOMES

Colaborador

O nome é Antônio Carlos Magalhães, mas prefere ser chamado de ACM. Para os inimigos ou para os observadores mais irreverentes, como o general Golbery do Couto e Silva, ele é o Toninho Malvadeza. Mas afinal, quem é este político baiano, duas vezes governador, que freqüenta a Granja do Torto e o Palácio do Planalto quando quer? O que representa essa figura agressiva e simpática para o futuro do País? E como o chamado ACM conseguiu chegar tão alto, a ponto de ser considerado elemento decisivo na sucessão presidencial?

Estas respostas podem ser buscadas na sua trajetória política, desde a década de 60, quando conseguia já se aproximar de figuras antigas da vida pública brasileira, como Antônio Balbino, Juraci Magalhães e Juscelino Kubitschek.

Antônio Carlos Peixoto de Magalhães, 56 anos de idade comemorados em 4 de setembro último, dia em que boa parte do centro de Salvador amanheceu com centenas de faixas alusivas à data, mandadas fixar por "amigos". Como político, Antônio Carlos é, antes de tudo, um publicitário nato, voltado permanentemente para vender a imagem de si próprio. Governador indicado da Bahia por duas vezes numa mesma década, a de 70, é político em tempo integral, que persegue o poder e os desafetos com a mesma intensidade. É apontado por muitos como discípulo de Maquiavel, (que, dizem, nunca leu). Talvez, por isso, não faça aos seus inimigos o mal de uma vez, como mandava o pensador italiano, mas sempre e de forma implacável. Dele teria dito, uma vez, o senador Luís Viana, que não era de ler ao menos romances policiais. Em compensação, afirmam outros, seria verdadeiro "expert" na leitura do almanaque do Exército, capaz de decifrar e entender os necessários mecanismos da ascensão militar. Este seria o seu verdadeiro livro de cabeceira, podendo explicar, na opinião de muitos que na Bahia a ele se contrapõem, a vertiginosa ascensão de um político cuja meta é mais

ou menos como a do programa de televisão em que o céu é o limite. Entre as suas inúmeras brigas, citá-se aquela que teve com o falecido ministro Alomar Baleeiro, quando este, em conferência em Salvador, na década de 60, havia dito que a Bahia não possuía nenhuma liderança política expressiva. Antônio Carlos, se não era ainda, queria ser ou achava que era. Tomou o telefone e disse muitos desafetos a Baleeiro, que teria respondido à altura. Recentemente, na famosa entrevista concedida pelo General Golbery ao cineasta Júlio Bressane, e publicada com exclusividade por este jornal, o ex-ministro definiu Antônio Carlos como homem que não pode e nem aceita ficar esquecido e fora das articulações, consequentemente longe dos seus sonhos de poder. O general também lançou, nacionalmente, o apelido de Toninho Malvadeza, com que o ex-governador é conhecido na Bahia, usado como forma de carinhosa veneração por aqueles que elogiam o seu estilo político, e de forma pejorativa pelos opositores. Muitos afirmam que o apelido o acompanha desde os tempos em que, ainda garoto, andava de pés descalços pelo largo do Campo da Pólvora, em Nazaré, bairro de classe média, onde nasceu, em Salvador. O Toninho efetivamente é da infância. O complemento Malvadeza seria incorporado mais tarde, como consequência da atuação política e de um conceito segundo o qual os fins a serem alcançados justificam os meios empregados. É conhecido, também, como "Cabeça Branca", pelo tom preocemente claro dos cabelos e bigode, no que se assemelha com a figura do general Juracy Magalhães que, como ele, também governou a Bahia por dois períodos e que foi um dos seus introdutores na vida política, e com quem viria mais tarde a brigas, em acirrada troca de acusações diárias através das páginas do jornal "O Globo". A trajetória política de Antônio Carlos, no estado, não deixa de ser na verdade a crônica da criatura que se volta contra os criadores, dentro de uma estratégia política que o levou a suplantar as demais lideranças políticas conservadoras da Bahia. Impôs-se assim como principal cacique político do PDS resultante da extinta Arena, partido que abrigou, de forma compulsória, como quis o golpe militar de 64, os remanescentes das antigas agremiações, notadamente da UDN e do PSD, as duas grandes vertentes políticas da Bahia antes da Revolução. Na verdade, Antônio Carlos Magalhães assumiu uma liderança incontestável entre as correntes conservadoras da Bahia, deitando a pá de cal definitiva sobre o "juracismo", que durante muitas décadas significou, no estado, uma dominação e até uma religião política. Superou também a corrente de outro dos seus criadores, Luís Viana Filho, e Barrou as pretensões de expansão do também senador Lomanto Junior. Com isso, Antônio Carlos sedimentou no PDS baiano as bases do vôo nacional que tenta empreender na cena política do país, brandindo na mão o cacife de ser detentor de 80 por cento dos votos dos convencionais locais que escoherão, na convenção do PDS a se realizar no próximo ano, o candidato do partido à sucessão de Figueiredo. Ele afirma possuir exatos 71 dos 89 convencionais baianos, que somados a outros delegados que diz ter sob seu controle em outros estados, perfazem algo em torno de 10 por cento do total do Colégio Eleitoral, marca que, se verdadeira, constitui-se em considerável apoio à candidatura Mário Andreazza, a preferida do general Figueiredo, e à qual Antônio Carlos passa agora a emprestar a sua assessoria política, por delegação do presidente. Ele espera sair candidato a vice-presidente, caso a articulação política a que se empenha venha a lograr o êxito que a sua ambição deseja. Alguns acham que, ao atrelar o seu futuro político à candidatura Andreazza, Antônio Carlos estaria colocando todos os ovos num mesmo cesto, e que a eventualidade de um fracasso o colocaria em situação difícil. Outros acham, talvez com razão, que não é bem assim: seja quem for que venha a ser, afinal, o candidato escolhido, precisará contar com os votos que ele detém. Os seus seguidores afirmam que até agora o faro político de ACM não tem falhado, assim como o seu propalado jogo de cintura, capaz de gingas e malabarismos. Desafetos falam em traições, lembrando o seu passado. Ainda outros preferem falar em competência política, nas matreiras aprendidas com Juracy Magalhães, Antônio Balbino e Juscelino Kubitschek, primeiro presidente de quem se aproximou, beneficiando-se mais tarde de todos os presidentes do ciclo de 64, época política em que a sua carreira tomou impulso.

Para esmagar o inimigo, qualquer meio é honesto

Conta um funcionário do Palácio de Ondina, residência oficial dos governadores baianos erguida no alto de aprazível colina, a história de como Antônio Carlos, ao iniciar o seu primeiro governo no ano de 1970, ameaçou prender padres acusados de fabricarem o pior pão do Brasil. Sentou-se à mesa do café da manhã e começou a analisar o pão servido à mesa e a fazer considerações sobre a sua qualidade. No mesmo dia, esbravejava aos repórteres reunidos para entrevista coletiva, mostrando pães da pior qualidade, exibidos sobre a mesa do palácio. Trovejou sobre os padres e ameaçou-os com repressálias caso não melhorassem a massa.

Foi assim que, praticamente, inaugurou o seu governo, brindando com padres de Salvador. As ameaças são parte integrante do estilo político de Antônio Carlos Magalhães e foram a estratégia que o levou à popularidade desfrutada no início da década de 70, quando chegou ao governo aclamado pela boa administração realizada na Prefeitura de Salvador, cargo anterior que exercera no Governo Luís Viana Filho, beneficiado pelo apoio que o general Castelo Branco destinou a praticamente todas as capitais brasileiras. Nesse período de primeiro mandato, Antônio Carlos foi pródigo em estimular episódios semelhantes aos que se envolvera na prefeitura, quando agrediu a sopa e pontapés ao então presidente da Câmara de Vereadores, Antonio Casas, integrante do então MDB, à época bastante adesista.

Travou debate público, em cadeia de televisão, com o deputado Francisco Pinto, ao longo de intermináveis horas de discussões e insultos. Travou batalha com o governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros, quando fez o Governo da Bahia comprar a coleção de santos do falecido colecionador pernambucano Abelardo Rodrigues, fruto do espólio, transação que o então governador pernambucano tentou desfazer, pretendendo manter as peças no seu Estado. Antônio Carlos mandou seqüestrar as imagens, em briga que foi parar no Supremo Tribunal Federal, enriquecendo o acervo sacro de uma Bahia que já detinha, com base nas suas tradições religiosas, talvez o mais rico repositório do Brasil. O governador confundia-se com o colecionador. Antônio Carlos realiza parte dos seus investimentos pessoais na aquisição de imagens, hábito herdado de outros dos seus patrocinadores políticos, o jornalista e superintendente geral dos Diários e Emissoras Associadas, na Bahia, Odorico Tavares, já falecido.

Episódio dos mais rumorosos ocorreu quando o grupo do Banco da Bahia, liderado pelo ex-ministro Clemente Mariani, resolveu vender o controle acionário da tradicional instituição bancária ao Banco Brasileiro de Descontos - Bradesco. Pretendendo impedir a transação, em nome dos interesses regionais, Antônio Carlos tentou por todos os meios sustar a operação, o que não conseguiu. Colocava-se contra a política à época implantada pelo ministro Delfim Netto e que consistia em estimular a formação de grandes conglomerados bancários e reagia ao fato de que a venda estivesse ocorrendo sem que ele, governador, fosse consultado. Não conseguiu o seu intento e, como represália, assinou decreto desapropriando a mansão do banqueiro, situada em forma-

dável terreno na aristocrática ladeira da Barra, sob a justificativa de interesse social, pretendendo instalar no local instituição dedicada ao atendimento de crianças excepcionais.

As acusações atingindo a personalidades locais que não obedeciam aos seus desejos e vontades sucediam-se. Uma das vítimas, o atual senador Jutahy Magalhães, cunhou uma frase que, em certo sentido, bem demonstra o estilo agressivo de Antônio Carlos Magalhães. Dizia o senador que o governador era homem que agredia em público e pedia desculpas no particular, tirando partido do efeito de acusações e insinuações junto ao eleitorado e muitas vezes dando o dito por não dito ao pé do ouvido do atingido. Um rico comerciante local, sobre o qual Antônio Carlos Magalhães, no seu segundo governo terminado em março deste ano, desabou o peso da sua mão, em tentativa que se revelou frustrada de combater monopólio, contava que no auge da briga pública, nos seus encontros casuais com o governador, esse lhe dizia não ter contra ele nada de pessoal e que a ação que empreendia era apenas um dever de administrador, configurando a frase do senador Jutahy.

No seu primeiro governo, a então Arena baiana viveu intenso período de tormenta política. Foi quando Antônio Carlos investiu contra Juracy Magalhães e seu filho e herdeiro Jutahy. Acusou o ex-governador da Bahia de estar defendendo junto à política de industrialização fomentada no Estado, e interesses de multinacionais que representava. Fazia acusações de desmandos administrativos ao governo do atual senador Viana, a quem sucedeu e com o apoio do qual havia sido escolhido para governar da Bahia. Admoestava o então senador Rui Santos e brigava abertamente com o "Jornal da Bahia", cujo proprietário, o jornalista João Falcão, descendia de tradicional família política de Feira de Santana, segunda maior cidade do estado, e irmão do deputado federal Wilson Falcão. Ao mesmo tempo em que fazia as piores acusações à família - inclusive pela televisão, arma que passava a utilizar como já fizera o ex-governador carioca Carlos Lacerda, no Rio - mandava que a fiscalização estadual atuasse à saída das usinas de cana-de-açúcar dos Falcão, além de praticar o arrocho fiscal implacável às lojas comerciais do grupo.

Hostilizava abertamente o senador Lomanto Junior, também ex-governador com quem se atritava antes mesmo da sua indicação ao governo, quando da eleição do diretório regional da Arena. Havia vetado todas as indicações do atual senador para compor a chapa, praticamente aliando-o à disputa pelo cargo de governador que viria a ser efetivamente seu. O efeito de toda essa atividade visando a afirmação exclusiva dentro das correntes tradicionais da política baiana, provocou, talvez, a única derrota política da carreira de Antônio Carlos. Em 1974, as demais lideranças uniram-se contra Antônio Carlos e indicaram Roberto Santos ao presidente Geisel, que escolheu o professor e então presidente do Conselho Federal de Educação para o cargo. Antônio Carlos ainda tentou pôr Roberto, incluindo o seu nome, na última hora, na lista tríplice da qual não constava originalmente.



Implacável no Estado, é um liberal no resto do país

O fenômeno Antônio Carlos, após o revés sofrido da sua tentativa empreendida no primeiro mandato, revigorou-se com a sua ascensão ao cargo de presidente da Eletrobrás, que o colocou na cena nacional, depois de longa espera de quase um ano após deixar o primeiro governo. Ganhou grande impulso quando o político baiano aliou-se ao esquema montado no Palácio do Planalto para forjar a candidatura Figueiredo à sucessão de Geisel.

A aproximação com Figueiredo lhe propiciou a volta por cima e pôde ser indicado para o Governo da Bahia, para onde retornaria no intuito de sedimentar a sua base política, apoiado fortemente pelo Presidente da República. Por isso (impôs-se claramente sobre as demais lideranças, impotentes então para enfrentá-lo). Apenas Roberto Santos colocou-se contra as suas pretensões, vindo a abandonar posteriormente a extinta Arena, deslocando-se para o Partido Popular e, pela via da fusão, para o PMDB.

A par disso, o período na Ele-

trobrás e a participação em to-

da a orquestração para fazer de

Figueiredo Presidente, deram a

Antônio Carlos a dimensão na-

cional que Alomar Baleeiro lhe

negava no passado, despontan-

do efetivamente como o único

político baiano de verdadeira

expressão nacional. Com isso,

conseguiu a façanha de ter duas

imagens distintas: uma no Es-

tado, onde dava sequência à

política implacável de persegu-

ções e pressões e outra uma fa-

ce de liberal projetada nacio-

nalmente.

Um fato muito bem exemplifi-

cava tal dualidade: enquanto no

primeiro governo combatia de

e tentava aniquilar o Jornal da

Bahia, retirando-lhe a publici-

dade oficial e pressionando os

anunciantes particulares, inter-

cedia em favor da grande im-

presa nacional, junto à duríssima

censura imposta pelo gover-

no Médici.

Isso, executado de forma

muito hábil, impedia que a oposi-

ção local pudesse sensibilizar

os meios de informação nacio-

nais sobre a sua draconiana

política regional, o que era com-

preensível, uma vez que o com-

portamento aberto que exibia

para fora do Estado não combi-

nava com os relatos de perse-

guições e endurecimentos pro-

vincianos.

Mantendo a base presa aos

seus designios e projetos políti-

cos e impondo ao PDS a condu-

ção exclusiva da questão suce-

sória estadual, nas eleições de

1982, quando as urnas confirma-

ram a tendência histórica do

eleitorado baiano em votar na

situação, o candidato de Antônio

Carlos, embora surrado pelo

eleitorado da capital e dos gran-